



SIQUIRJ INFORMA

Nº 172

Fev/2016

Preços de resinas termoplásticas se sustentaram em alta em 2015

Fabricante de resina vive melhor fase em 10 anos

A forte queda dos preços do petróleo e a valorização do dólar devolveram competitividade à indústria petroquímica brasileira, que experimentou em 2015 um dos melhores momentos dos últimos dez anos em termos de rentabilidade. A boa fase, de acordo com especialistas e executivos do setor, deve se estender ao longo de 2016, sustentada por spreads - diferença entre os preços da matéria-prima e de resinas - ainda positivos e demanda aquecida no mercado internacional, particularmente na América do Norte e Europa. "Os spreads pararam de crescer, mas seguem elevados e bem mais positivos que em outros anos", afirmou Otávio Carvalho, diretor da consultoria MaxiQuim.

O mercado doméstico, porém, seguirá anulando parte dos ganhos com esse cenário mais favorável. Para contornar a deterioração das vendas domésticas, a Braskem ampliou exportações em 2015, o que deve se repetir ao longo deste ano. A desvalorização do petróleo, que em meados de 2014 custava mais de US\$ 110 o barril de Brent e neste momento opera perto de US\$ 35, foi um dos principais motores de recomposição das margens dos produtores de resinas e petroquímicos básicos baseados em nafta em 2015. Por ser um derivado do óleo, o insumo acompanha sua trajetória de preços e voltou, no ano passado, a ser negociado a valores relativamente competitivos frente ao gás natural americano ou ao gás subsidiado do Oriente Médio.

Em dezembro, a cotação da nafta ARA, usada no mercado europeu e no Brasil, estava em US\$ 278,50 a tonelada, bem abaixo dos US\$ 1,2 mil por tonelada alcançados momento de pico - em 17 de fevereiro, a cotação era de US\$ 374,75. Já a referência internacional do etano, Mont Belvieu, que é uma fração do gás natural, estava em US\$ 106,18 a tonelada em dezembro e subiu para US\$ 111,30 na quarta-feira.

No Brasil, segundo estimativa da consultoria MaxiQuim, o preço da nafta vendida pela Petrobras à Braskem está em R\$ 1.540 a tonelada neste mês, frente a R\$ 1.622 por tonelada em janeiro e R\$ 1.590/tonelada em dezembro. Nova queda é projetada para março, considerando-se a existência de uma média móvel de três meses na nova fórmula de preços, que adia o reflexo da volatilidade das cotações internacionais nos preços locais.

Na contramão da matéria-prima, os preços internacionais das principais resinas termoplásticas - entre as quais polietileno (PE) e polipropileno (PP) - se sustentaram em alta durante boa parte do ano passado, o que resultou em spreads elevados. Desde janeiro, porém, a desvalorização de algumas resinas, especialmente na Ásia, já se refletiu em "pequenos ajustes para baixo" nos preços praticados no Brasil, comentou Carvalho.

Para 2016, a expectativa é de manutenção do ciclo de alta do PP nos Estados Unidos e maior volatilidade de preços na Ásia, por causa do início de operação de novas fábricas. O mercado de polietileno, por sua vez, deve continuar mostrando vigor ao menos até 2017, quando começam a entrar em operação projetos baseados em gás de xisto, cuja exploração proporcionou a retomada dos investimentos em projetos petroquímicos nos Estados Unidos.

Além de ampliar a competitividade do produto brasileiro no mercado externo, o dólar valorizado reduz a procura por importados no mercado interno, uma vantagem importante em momentos de forte retração da demanda.

Fonte: Valor

Editorial

É o momento de aumentar impostos?

Parece uma estratégia equivocada; o Governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu ampliar a taxa sobre o Setor de Óleo e Gás para contornar a crise nas finanças do Estado - aumento das alíquotas de ICMS sobre a circulação de óleo e gás e a aplicação de uma Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das diversas etapas da exploração e produção de óleo e gás.

No momento em que o preço do petróleo desaba, e que todos os agentes da cadeia de produção de óleo e gás - inclusive os prestadores de serviços - tentam se reajustar à nova realidade do baixo patamar de US\$ 30/barril, buscando manter a competitividade das suas operações, o Governo do Rio de Janeiro atua na contramão.

A indústria de petróleo e gás passa outras turbulências, além da queda de preço do barril. No mundo, as diferentes políticas climáticas que serão adotadas por cada país, com o objetivo de descarbonizar as respectivas economias, também geram insegurança e retardam a decisão de investir.

A descarbonização da economia, conforme o Acordo de Paris, - aprovado por 195 países que se comprometem a reduzir suas emissões de gases efeito estufa (GEE) até 2030 - aumentará a importância do gás (de xisto ou o gás convencional), que será o combustível da transição para os novos padrões climáticos, substituindo, preferencialmente, o carvão na geração de energia elétrica. As emissões de CO2 por KWh, são bem menores quando a termoeletrônica utiliza gás como combustível.

Neste cenário complexo e desfavorável, é o momento de aumentar impostos? Esperamos que prevaleça o bom senso e a convergência dos interesses do Governo Estadual e do Setor de Petróleo e Gás.

Nova legislação facilita inovação no setor privado

Sancionado em janeiro, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Lei 13243/2016 (PLC 77/2015), estabelece maior aproximação entre empresas privadas e universidades públicas para o fomento à inovação no país.

A mudança traz avanços, como a possibilidade de utilização de laboratórios universitários pelas indústrias para o desenvolvimento tecnológico de novos produtos e serviços. Outra vantagem para as empresas é a possibilidade de usar os recursos não reembolsáveis, obtidos do governo para projetos de pesquisa, na compra de máquinas e equipamentos.

As alterações respondem aos gargalos identificados na Pesquisa e Diagnóstico das Práticas de Inovação no Estado do Rio, produzida pelo Sistema FIRJAN em 2015. O levantamento apontou a compra de máquinas e equipamentos como a principal atividade inovadora das empresas, e detectou a falta de equipe técnica qualificada e de parcerias com universidades como um dos maiores entraves na obtenção de financiamento.

Apesar de o marco estabelecer melhorias no ambiente de inovação para as empresas, oito artigos do texto original foram vetados. Entre os pontos rejeitados estão a importação sem impostos de insumos para o desenvolvimento de tecnologia e a dispensa de licitação nos projetos de CT&I que contratem de micro e pequenas empresas.

"A lógica dos vetos não foi sob a perspectiva da inovação, mas é relativa a preocupações de impacto fiscal", analisa Naldo Dantas, secretário executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei). A entidade estuda uma negociação direta com o Poder Executivo para reverter os artigos vetados, por meio da publicação de medidas provisórias.

Principais destaques do Marco Legal

- Recursos de subvenção econômica serão aplicados no financiamento de Pesquisa e Desenvolvimento, bem como na aquisição de máquinas e equipamentos para inovação nas empresas;
- Universidades e institutos de pesquisa podem compartilhar o uso de seus laboratórios e equipes com as empresas, para fins de pesquisa;
- O pagamento de taxas administrativas (cobertura de despesas operacionais e administrativas) para Fundações de Apoio de universidades e institutos de pesquisa fica vetado;
- Regras simplificadas facilitarão a importação de material de pesquisa pelas empresas
- Professores das universidades públicas em regime de dedicação exclusiva podem exercer atividade de pesquisa também no setor privado, com remuneração;
- A União pode financiar, fazer encomendas diretas e até participar de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações;
- Empresas envolvidas nos projetos podem manter a propriedade intelectual sobre os resultados das pesquisas;
- Implantação de ambientes de promotores da inovação, incluídos incubadoras de empresas, parques tecnológicos, como o da UFRJ.



Fonte: FIRJAN

Comissão de Meio Ambiente e Segurança do SIQUIRJ inicia as atividades de 2016



No último dia 16 de fevereiro, a Comissão de Meio Ambiente e Segurança do SIQUIRJ retomou as atividades realizando sua primeira reunião do ano.

A reunião iniciou com a apresentação de representantes da AMBIO, ABNT/BID sobre: "Fomento à Gestão dos Gases de Efeito Estufa e a Verificação por Terceira Parte em Pequenas e Médias Empresas no Brasil".

O objetivo principal do projeto é preparar empresas de pequeno e médio porte no Brasil para medir, gerenciar e reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O inventário levará a melhorias que resultarão em redução de custos operacionais.

Na mesma oportunidade, foram debatidos e decididos os cursos do Programa Atuação Responsável, que comporão a grade a ser oferecida em parceria com ABIQUIM aos associados do SIQUIRJ para o ano de 2016, conforme ocorrido em 2014 e 2015.

SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria Plena - Triênio 2013/2016

Isaac Plachta - Presidente

Antonio Berge Kessedjian
Antonio Emilio Meireles
Carlos Mariani Bittencourt
Carlos Oliveira Cruz
Carlos Roberto da Silva
Celso da Silva Bueno
Ciro Alves
Edson Kleiber de Castilho
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Flavio Costa Abreu
Gilson Luiz Maurity Santos
Lenilson Marcelo Bezerra
Lincoln Rosa
Manoel Moysés Zauberman
Marjorie Arias
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Nicolau Pires Lages
Paul Antoine Maron Gédéon
Roberto Pinho Dias Garcia
Ronaldo Valle Monteiro
Rubens Muniz

(Relação em Ordem Alfabética)